

Dora Kramer*

Cena eleitoral é refém de emoções

Mudanças na dinâmica da relação entre os políticos e o eleitorado criam dificuldades para a análise e exigem a adoção de novos critérios no exame do andamento de campanhas eleitorais. Daí decorrem circunstâncias aparentemente inexplicáveis. O que valia já não vale.

Na cena atual, dois fatores em tese fortes o bastante para abalar ou impulsionar as intenções de voto não foram suficientes para alterar de modo significativo o quadro retratado pelas pesquisas de opinião.

Tanto Luiz Inácio da Silva (PT) como Flávio Bolsonaro (PL) ficaram mais ou menos onde estavam em levantamentos anteriores, a despeito de o primeiro patrocinar gastança calculada em R\$ 190 bilhões para captar eleitores e o segundo ter sido pego em mentiras reiteradas sobre o relacionamento com Daniel Vorcaro.

Houve uma mexida nos índices, mas o presidente não deslanchou nem o senador despençou. Do empate, a situação migrou para uma distância de nove a quatro pontos percentuais com vantagem para Lula, segundo as medições de primeiro e segundo turnos registradas na úl-

tima pesquisa Datafolha.

Tão amados quanto rejeitados, os dois consolidam torcidas movidas por amor e ódio, resultando numa paralisia do cenário. Bondades de um e malfetorias do outro não abalaram o favoritismo de ambos, introduzindo uma incógnita e um dado concreto no exercício da interpretação.

Por que isso acontece? É a dúvida em princípio dirimida pelo fator polarização. Não explica tudo. A certeza que se extrai dessa situação é a impossibilidade de se estabelecer comparações com exemplos do passado.

Lula já não consegue se escorar na mítica do provedor dos desvalidos, como quando se safou do escândalo do mensalão. Flávio Bolsonaro não foi abatido como Roseana Sarney em 2002, quando a foto de dinheirama encontrada no escritório do marido interrompeu sua trajetória ascendente nas pesquisas para presidente.

O tempo passou, a política não se arejou e o eleitorado, pelo visto, se acomodou na armadilha das emoções dominadas.

***Jornalista e comentarista de política**

Márcio Coimbra*

Eixo do Caos

A atual escalada de tensões envolvendo o Irã deixou de ser um fenômeno regional para se tornar o epicentro de uma transformação tectônica na geopolítica global. O que testemunhamos hoje é a cristalização do “Eixo do Caos”: uma colaboração estratégica e letal entre Irã, Rússia, China e Coreia do Norte para desafiar a ordem liderada pelo Ocidente. Esta aliança, embora careça de uma base ideológica homogênea, encontra coesão em um objetivo pragmático: o desmantelamento das normas internacionais em favor de um sistema onde a impunidade autoritária seja a regra.

Trata-se de uma simbiose puramente transaccional. Enquanto o Irã fornece enxames de drones para a guerra de exaustão russa na Ucrânia, Moscou retribui com tecnologia militar sensível e cobertura diplomática no Conselho de Segurança da ONU. Esse intercâmbio cria um laboratório de guerra em tempo real, onde táticas para sobrecarregar defesas ocidentais são testadas e refinadas. A Rússia, que antes buscava o equilíbrio no Oriente Médio, agora atua como o escudo de Teerã, garantindo que o isolamento internacional seja mitigado por um cordão umbilical que liga os regimes autoritários.

Nesse cenário, a China atua como a arquiteta econômica e garantidora de última instância. Ao absorver o petróleo sob sanções, Pequim fornece o oxigênio financeiro para que esses regimes ignorem a pressão ocidental. Para a China, o caos no Oriente Médio e na Europa serve como uma distração estratégica ideal para drenar recursos e a atenção dos Estados Unidos. Paralelamente, a Coreia do Norte opera como o arsenal de retaguarda, enviando milhões de cartuchos de munição para a Rússia em troca de assistência tecnológica que acelera seus próprios programas de destruição em massa.

A grande falha da análise ocidental tem sido tratar os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio como crises isoladas. Essa visão compartimentada é obsoleta. As ambições de Putin e

Khamenei estão intrinsecamente conectadas, o sucesso da colaboração autoritária em um teatro de operações válida e incentivada a agressão em outros. O “isolamento” desses regimes tornou-se um mito geográfico: eles criaram um mercado negro global de armas e finanças que opera fora do alcance das instituições tradicionais.

O Ocidente precisa urgentemente de uma estratégia integrada. Enfrentar esses regimes de forma isolada é lutar contra sintomas de uma patologia sistêmica. É necessária uma abordagem holística que reconheça que as sanções contra o Irã falham se a China continuar sendo seu banqueiro, e que o apoio à Ucrânia é, essencialmente, uma forma de conter a expansão iraniana. A dissuasão não pode mais ser regional, deve ser global, exigindo uma revitalização das alianças democráticas que alcance a resiliência das cadeias de suprimentos e a segurança tecnológica.

O sucesso do Eixo do Caos aposta no cansaço e na divisão das democracias liberais. O reconhecimento de que estamos diante de um desafio sistêmico é o primeiro passo para evitar que essa colaboração transaccional se torne a nova arquiteta do destino mundial. A interconectividade das ameaças exige uma interconectividade das respostas, o que ocorre hoje em Teerã ou Gaza repercute diretamente no campo de batalha de Donetsk e na estabilidade do Estreito de Taiwan. O tempo de tratar essas crises como incêndios distantes terminou, são frentes de uma única conflagração global contra a ordem democrática.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

Fabiana Basso*

Saúde mental no trabalho: a nova fronteira do passivo trabalhista nas empresas

A saúde mental no trabalho deixou de ser um tema periférico para se consolidar como um dos principais vetores de formação de passivo trabalhista nas empresas brasileiras. O que antes era tratado como uma questão individual, vinculada ao bem-estar do trabalhador, passa a ser compreendido como um risco ocupacional relevante, com impactos diretos, mensuráveis e crescentes na esfera jurídica e financeira das organizações.

O aumento expressivo dos afastamentos por transtornos mentais no Brasil, aliado à intensificação das demandas, à pressão por resultados, à hiperconectividade e à ausência de limites claros entre vida pessoal e profissional, criou um ambiente propício ao esgotamento. Nesse cenário, fatores como sobrecarga, falta de autonomia, comunicação inadequada e gestão por metas agressivas deixam de ser apenas questões de clima organizacional e passam a ser elementos formadores de risco jurídico, com potencial direto de geração de passivo.

É justamente nesse ponto que a NR-01 ganha protagonismo. Ao estruturar o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e exigir a elaboração e manutenção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), a norma amplia o conceito tradicional de risco, incorporando a necessidade de identificação, avaliação e controle também dos fatores psicossociais. Isso significa que o risco relacionado à saúde mental deixa de ser subjetivo e passa a integrar formalmente o sistema de gestão da empresa e, conseqüentemente, passa a ser passível de fiscalização, autuação e responsabilização.

Na prática, essa mudança impõe uma nova lógica. Não basta mais cumprir requisitos formais de saúde e segurança voltados apenas a riscos físicos, químicos ou biológicos. As empresas passam a ser demandadas a mapear elementos da organização do trabalho que possam impactar a saúde mental dos trabalhadores. A omissão nesse processo deixa de ser apenas uma fragilidade de gestão e passa a configurar falha no dever legal de prevenção, ampliando significativamente a exposição a autuações administrativas, condenações judiciais e indenizações por danos morais.

A síndrome de burnout, nesse contexto, se consolida como um dos principais indicadores de risco trabalhista. Reconhecida como fenômeno ocupacional, ela evidencia situações em que o estresse crônico não é adequadamente gerenciado pela organização. Seu crescimento reforça que não se trata de um problema isolado, mas de um reflexo direto de modelos de gestão que, quando não ajustados, passam a produzir passivos recorrentes e estruturais.

Os impactos financeiros desse cenário são relevantes e tendem a se intensificar. O aumento de afastamentos por transtornos mentais impacta diretamente indicadores previdenciários, como FAP e RAT, elevando o custo da folha de pagamento. Paralelamente, cresce o número de ações trabalhistas envolvendo pedidos de indenização por danos morais, reconhecimento de nexo causal entre o trabalho e o adoecimento e

alegações de assédio organizacional. Com a incorporação dos riscos psicossociais ao PGR, a discussão jurídica ganha um novo contorno: a ausência de medidas preventivas passa a ser um elemento objetivo de responsabilização e quantificação do passivo.

Além dos impactos diretos, há reflexos indiretos igualmente relevantes, como queda de produtividade, aumento do absenteísmo e do presenteísmo, elevação do turnover e prejuízos à imagem institucional. Esses fatores, embora muitas vezes não contabilizados imediatamente, contribuem para a formação de um passivo oculto, que se materializa ao longo do tempo em custos operacionais e judiciais.

Outro ponto crítico está no papel da liderança. A NR-01 evidencia que a prevenção não depende apenas de políticas formais, mas da forma como o trabalho é conduzido no dia a dia. Líderes despreparados deixam de ser apenas um problema de gestão e passam a representar um risco direto de geração de passivo trabalhista, seja pela imposição de metas incompatíveis, pela ausência de suporte ou por práticas inadequadas que podem caracterizar assédio.

Nesse cenário, torna-se evidente que iniciativas isoladas não são suficientes. A gestão da saúde mental exige integração com o GRO e o PGR, revisão de processos, alinhamento de metas e monitoramento contínuo. Mais do que isso, exige uma mudança de postura: sair de uma atuação reativa para uma lógica de gestão preventiva do passivo trabalhista.

O avanço tecnológico e o cruzamento de dados provenientes de sistemas como eSocial e registros de afastamentos ampliam a capacidade de fiscalização e tornam o passivo cada vez mais previsível. Empresas com padrões recorrentes de adoecimento passam a ser facilmente identificadas, o que eleva o risco de autuações direcionadas e ações judiciais com base em histórico organizacional.

Diante desse contexto, a saúde mental no trabalho se consolida como um dos principais desafios estratégicos das empresas. A NR-01 não apenas reforça essa realidade, mas transforma o tema em uma obrigação dentro da gestão de riscos ocupacionais, com impacto direto na formação e no controle do passivo trabalhista.

Empresas que compreenderem essa mudança e estruturarem uma abordagem integrada e preventiva estarão mais preparadas para reduzir riscos e controlar custos. Por outro lado, aquelas que mantiverem uma atuação reativa tendem a enfrentar um crescimento contínuo e previsível de passivos, com impactos financeiros e reputacionais relevantes.

Em última análise, a incorporação dos riscos psicossociais ao escopo da NR-01 redefine o papel da saúde mental no ambiente corporativo. Não se trata mais de um tema acessório, mas de um dos principais fatores de geração e, também, de gestão do passivo trabalhista.

***Lopes & Castelo Sociedade de Advogados**